

A política do silêncio

O ano de 2019 começou com diversos desafios: pautas sobre o pagamento da Participação nos Lucros e Resultado (PLR), luta contra demissões, PDVP e fechamento de localidades tomaram nossa agenda no primeiro trimestre. Além disso, a ameaça de privatização da Cemig perpetrada pelo governador Romeu Zema e o desmonte da Previdência anunciado pelo governo de Jair Bolsonaro, temas que impactam diretamente os eletricitários ativos e aposentados, estão no foco da nossa mobilização.

No campo político, apesar da postura conciliatória que o Sindieletro sempre adotou, entendemos que nosso esforço unilateral não tem sido o bastante. É necessário que haja um trabalho conjunto para a resolução de problemas, passando por momentos de debate e transparência. No entanto, enquanto tentamos abrir diálogo com a gestão da Cemig, seguimos sendo ignorados repetidamente.

A atitude da atual gestão parece ser modus operandi: deputados da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) vêm reclamando da falta de respostas do gabinete de Zema na hora de negociar medidas para o Estado.

Veja, por exemplo, o caso do acordo da dívida do governo mineiro com os municípios. Zema condicionou os repasses de valores atrasados à aprovação do Regime de Recuperação Fiscal (RRF), medida que visa, entre outras decisões arbitrárias, privatizar estatais, incluindo a Cemig. Como a verba para atender as prefeituras sairá do RRF, o governador joga a pressão para cima dos deputados.

Assunto caro aos eletricitários, a privatização está em nossa pauta de discussão

com o governo, uma vez que o sindicato acredita que a solução para o problemas do Estado virá por meio da Lei Kandir. Além disso, pretendemos abrir o debate sobre a segurança das barragens da empresa (preocupação direta da Aneel). Entendendo a importância de estarmos juntos e dialogando, enviamos o ofício 008/2019, no dia 14 de fevereiro, solicitando audiência com o governador. Não obtivemos nenhuma resposta até o fechamento desta edição.

Preocupados com as falas do novo presidente da Cemig, Cledorvino Belini, sobre sua gestão de priorizar, “acima de tudo, dividendos para os acionistas”, também procuramos conversar com o gestor sobre as reais prioridades para os trabalhadores e para a estatal. O ofício 009/2018 também foi enviado há quase dois meses e segue sem resposta.

Até o momento, apenas a assessoria do vice-governador ouviu o Sindieletro. Esquecendo-se que não gere Minas Gerais sozinho, Zema, no entanto, continua sem dialogar nem com o sindicato, nem com parlamentares, em quase 100 dias de governo.

PLR sem resposta

No dia 5 de dezembro do ano passado, enviamos à Cemig o ofício 108/2018,

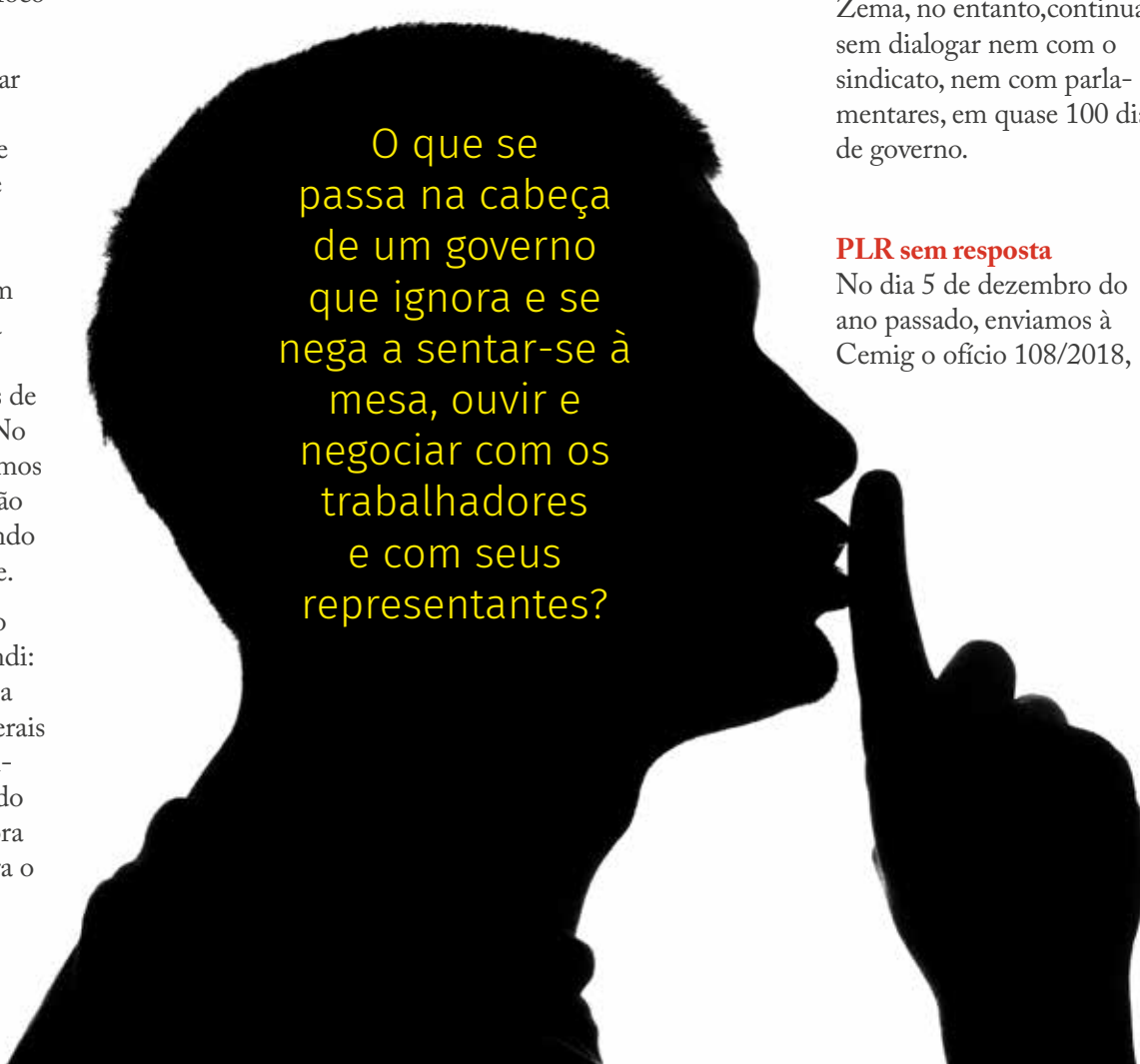
cobrando da empresa o adiantamento da PLR 2018. Sem resposta oficial, no dia 22 de março, o Sindieletro voltou a cobrar o pagamento da Participação nos Lucros, dessa vez através do ofício 014/2019, enviado no dia 22 de março deste ano, e que segue sem nenhum retorno.

Com a divulgação, no dia 1º de abril, do lucro líquido de R\$1,7 bilhão em 2018 – um aumento de 70% na base anual – fica claro que o pedido de adiantamento não é nada absurdo. A PLR representa uma importante parcela da remuneração global anual dos eletricitários e faz falta ao orçamento das famílias

Vale lembrar, ainda, que a Cemig não só responde como não comparece a seus compromissos com a população e os trabalhadores: na audiência sobre o fechamento das localidades, em março, na ALMG, nenhum representante da empresa apareceu.

Luta é o caminho

O movimento silencioso, no entanto, é coerente com a postura que o governo vem adotando. Resta saber até quando Zema e a gestão da Cemig se farão de cegos, surdos e mudos para as necessidades dos eletricitários e da classe trabalhadora. Nós, como sempre, seguiremos gritando a plenos pulmões.



O que se passa na cabeça de um governo que ignora e se nega a sentar-se à mesa, ouvir e negociar com os trabalhadores e com seus representantes?

Ameaça de venda do prédio e de revolta trabalhadores do São Gabriel

O Sindieletro recebeu a denúncia de que a importante base operacional do São Gabriel estaria prestes a ser vendida e fechada pela gestão da Cemig. A informação que circula na base é que o prédio do São Gabriel, em Belo Horizonte, estaria em processo de avaliação para ser leiloado e os trabalhadores do local seriam transferidos para o Anel Rodoviário.

Extraoficialmente, a diretoria do Sindieletro questionou o RH/RT sobre a possível venda, já que o setor seria responsável pela realocação dos trabalhadores. “Do gerente Bruno Vianna, recebemos a informação de que não procede [a venda], mas cobramos um posicionamento oficial da empresa, já que, na base, os rumores seguem fortes,

inclusive com relatos de visitas da gerência de imóveis da Cemig”, explica Jefferson Silva, coordenador Geral do Sindieletro.

Os trabalhadores do São Gabriel seguem apreensivos e preocupados. Apesar da negativa do RH/RT, tudo indica que a Cemig está agindo nas sombras, sem diálogo e transparência para viabilizar a venda do imóvel. “Falamos uma coisa lá e outra aqui. Só este ano, já esteve aqui, umas quatro vezes, gente da gerência de imóveis para fotografar, medir o terreno e avaliar os imóveis”, afirma um eletricitário.

Jairo Nogueira Filho, dirigente da CUT/MG, diretor do Sindieletro e da base do São Gabriel, avalia que se os rumores se confirmarem, ainda seriam uma verdadeira irres-

ponsabilidade e inconsequência da Cemig. “Pelo tamanho do prédio do Anel Rodoviário, não seria sequer possível receber confortavelmente os trabalhadores daqui”.

Para o Sindicato, caso o rumor da proposta de venda se confirme, existem esclarecimentos imprescindíveis que deverão ser feitos pela gestão da empresa. Assim como no caso do fechamento das localidades no interior, onde estão os estudos de viabilidade? E as justificativas técnicas de uma mudança como esta? Por que o RH/RT diz que não há processo de venda em curso e os eletricitários afirmam que pessoas da gerência de imóveis trabalham a todo vapor na avaliação do local? Com a palavra, a gestão da empresa...



Estamos falando de gente aqui

Além dos aspectos técnicos e financeiros que a Cemig tem obrigação de apresentar para em caso de uma possível venda, há o fator humano que não pode ser desconsiderado ou preterido. Vender o prédio do São Gabriel vai mexer drasticamente com a vida de dezenas de trabalhadores e trabalhadoras: mudanças na rotina familiar, aumento na distância e tempo de deslocamento até o local de trabalho, entre outros.

O Chave Geral ouviu os eletricitários do local e traz, a partir de hoje, uma série com depoimentos dessas pessoas. Entre considerações sobre os impactos da possível mudança e avaliações sobre o atual cenário, uma coisa é clara: estamos dispostos a lutar pelos direitos dos trabalhadores.

Para evitar qualquer represália ou retaliação, não revelaremos a identidade ou função desses eletricitários.

“

Eu ouvi entre os colegas que estão querendo vender o terreno aqui do São Gabriel e nós não somos consultados. É um desrespeito conosco, porque quem construiu isso aqui foi a gente que está no local há mais tempo. Queria que tivesse um pouquinho mais de prestígio, de consideração, principalmente porque tem muita coisa, tem uma história aqui dentro do São Gabriel.”

“

Eu não sei os propósitos, o que a Cemig pensa a respeito disso, mas eu acho que nós temos forças, sim, para resistir. E juntos, acho que conseguimos reverter essa situação que está impactando muito negativamente na vida de todos nós. Eu acho que vamos resistir e vamos tentar uma outra alternativa para isso. E a alternativa boa é permanecer aqui, claro.”

transferências Gabriel

Setorial realizada com trabalhadores e trabalhadoras do São Gabriel



“

“A gente tinha que lutar para tentar manter isso aqui, até por causa da história do São Gabriel, as condições, principalmente dentro da empresa de querer melhorar o caixa, essa coisa toda, eu acho que, em um primeiro momento, não dependeria de venda daqui. Existem outros mecanismos, outros meios, de a gente ajustar isso. Eu acho que o trabalhador defender o São Gabriel é uma questão até de dignidade nossa mesmo.”

SÃO
GABRIEL:

cerca de
100
trabalhadores

atendendo
770mil
clientes
na região.

ABSURDO

Vídeo de Belini confirma distância entre nova gestão e realidade da Cemig

Ao invés de dialogar com a organização dos trabalhadores e responder as demandas dos eletricitários, para se dirigir à categoria, o presidente da Cemig, Cledorvino Belini, prefere o distanciamento dos vídeos, sem contraponto e diálogo.

Em janeiro, Romeu Zema afirmou que vai sanear a Cemig para torná-la mais atrativa para a privatização. Em março, então recém empossado presidente da empresa, Belini disse em um vídeo nas redes sociais que, “acima de tudo”, é preciso distribuir dividendos aos acionistas.

No último dia 4, em um novo vídeo enviado aos trabalhadores, Belini anunciou ações para o planejamento estratégico de 2019, que deve priorizar a eficiência e otimizar a estrutura organizacional da empresa.

Na gravação, feita logo depois do encontro com superintendentes, gerentes e gestores, o executivo disse que são as chefias que “irão conversar pessoalmente” sobre os objetivos da nova administração com os trabalhadores, o que aponta um modelo de gestão ainda mais vertical do que já vimos na estatal.

Um trabalhador da Sede avalia que o novo presidente usa o mesmo discurso do corte de custos para atacar o quadro de pessoal, “o alvo é sempre o ‘P’- rubrica de

pessoal”, principalmente na área operacional.

O coordenador geral do Sindicato, Jefferson Silva, destaca que, por trás das palavras de eficiência e redução de custos, está a intenção de repassar mais dividendos para os acionistas, mesmo que isso signifique sucatear os processos de trabalho e gerar mais insatisfação ao conjunto dos trabalhadores.

Jefferson Silva ressalta que, ao contrário das promessas de melhorias, o que se vê hoje na Cemig é o anúncio de fechamento de localidades, redução do quadro próprio, cortes no orçamento e a conivência da gestão da empresa com empreiteiras que passaram a controlar procedimentos e serviços da estatal. “Tudo isso gera uma desorganização nos processos de trabalho e afeta os resultados na cadeia produtiva na Cemig”, alerta.

Na avaliação de Jefferson, já está claro que essas medidas visam atender os interesses apenas do mercado, desconsiderando os trabalhadores e consumidores de energia, como as anunciadas no passado e agora, não favorecem em nada a Cemig.

Para o sucesso da empresa, é preciso um amplo e democrático debate com quem conhece os processos de trabalho e tem relação direta com os clientes: os eletricitários.

As contradições entre a “nova política”, a economia e a popularidade despencando

Eleitos com o discurso de representarem “a nova política”, tanto o presidente Jair Bolsonaro quanto o governador de Minas, Romeu Zema, 100 dias após assumirem seus mandatos, já encaram impopularidade e as contradições de um sistema político que não permite centralizar decisões. Ou seja, não dá para governar sem diálogo, negociações, alianças e acordos com o Legislativo. Muito menos sem perceber as expectativas da população.

Em Minas, várias audiências públicas na Assembleia foram envolvidas por críticas e protestos contra Romeu Zema, pela sua postura de não dialogar. Na própria audiência

que discutiu o fechamento de localidades da Cemig, realizada em 15 de março, após pedido do Sindieletro à deputada estadual Beatriz Cerqueira (PT), prefeitos e vereadores do interior cobraram de Zema (e do presidente da Cemig) a presença no debate e denunciaram a falta de diálogo.

Outra reunião na Assembleia, no dia 19 de março, também denunciou a posição do governo estadual de não conversar e negociar. Foi uma reunião para discutir a greve dos servidores da Jucemg (Junta Comercial do Estado de Minas Gerais), convocada também pela deputada Beatriz Cerqueira. Na ocasião, Cerqueira denunciou que o governo

está ignorando os servidores e a Assembleia.

Até deputados que apoiam Zema criticam o autoritarismo do governo. Segundo Sargento Rodrigues (PTB) e Osvaldo Lopes (PSD), há de fato uma falta de diálogo com a Assembleia e isso é muito ruim, “um início sombrio” na relação com o Legislativo.

Com postura autoritária, o governo de Minas só ganha a desconfiança do Legislativo, dos empresários e da população. Enquanto isso, não há sinal de melhora na economia. Pelo contrário, como lembra o jornalista



João Carlos Firpe Penna, em artigo publicado no site Interesse de Minas, as estimativas apontam para um PIB mineiro negativo em 2019 (-4%, na melhor das hipóteses, segundo especialistas).

E Zema, para enfrentar o cenário danoso, vem optando para o mais fácil e irresponsável: negociar a dívida com a União aos moldes que impõe o governo Bolsonaro, com a privatização da Cemig e de outras estatais e o congelamento dos salários dos servidores públicos, entre outras medidas que só trarão prejuízos aos mineiros.

Governo Bolsonaro não fica atrás

O Instituto Focus divulgou na última semana projeção do PIB abaixo de 2% em 2019 para o país.

Pesquisa Data Folha, divulgada no domingo, dia 7 de abril, confirma a frustração. O otimismo do brasileiro com a economia caiu de 65% para 50%. Por outro lado, o índice de desemprego passou para 12,4%, ou 13,1 milhões de desempregados, segundo o IBGE.

A popularidade de Bol-

sonaro também vai despencando. Pesquisa encomendada pela corretora XP apontou que a avaliação positiva do presidente foi de 40% para 35% em três meses. Na pesquisa do Instituto Big Data, a situação de ótimo e bom foi de 50% para 38%. E o ruim/péssimo chegou a 31,2%. Em 100 dias de governo é a pior avaliação desde o governo de Collor de Mello, eleito em 1989.

Falta de diálogo leva à impopularidade

O diretor do Sindieletro, Jairo Nogueira Filho, lembra que os deputados são eleitos e, portanto, representantes do povo, e é fundamental o chefe do Executivo conversar com os parlamentares. Jairo destaca que, em Minas e no Brasil, o que se vê é total falta de diálogo com o Legislativo. Ele citou o exemplo dos professores de Minas, que não são ouvidos e muito menos seus representantes na Assembleia Legislativa. Os professores marcaram greve para o dia 11 justamente por não conseguirem ser escutados pelo governador Romeu Zema.

“O diálogo está estagnado, nem os deputados que buscam o debate sobre a situação da categoria estão sendo ouvi-

dos. Isso leva a desgastes e à impopularidade”, afirmou.

Jairo criticou o uso deliberado das redes sociais, tanto por Romeu Zema quanto por Bolsonaro. “Comunicação em redes sociais não é comunicação. É preciso amplo debate, escutar as diferentes opiniões. O projeto de privatização da Cemig é um exemplo gritante da falta de diálogo, o governador quer impor a venda da estatal sem considerar a legislação que dificulta privatizar e muito menos ouvir a Assembleia e os mineiros”, enfatizou. Ele acrescentou que o mesmo acontece em relação às barragens e aos servidores públicos.